

SUMÁRIO



Prefeitura de Araraquara - SP

Agente de Apoio ao Estudante da Educação Especial

LÍNGUA PORTUGUESA

Leitura e interpretação de textos: compreensão global do texto.....	1
Identificação do tema central e das ideias principais e secundárias.....	6
Inferência de informações implícitas	9
Significado de palavras e expressões no contexto	11
Tipos e gêneros textuais: características dos textos narrativos, descritivos, dissertativos, injuntivos e argumentativos; diferenças entre gêneros textuais como jornalístico, publicitário e literário.....	18
Ortografia.....	28
Acentuação: regras do Novo Acordo Ortográfico	32
Uso correto de SS, Ç, X, CH, S e Z	39
Diferenciação de palavras homônimas e parônimas.....	43
Morfologia (Classes gramaticais): estrutura e formação das palavras.....	45
Substantivos (tipos e flexões), adjetivos (graus e locuções adjetivas), pronomes (tipos e colocação), verbos (modos, tempos, regência, vozes verbais), advérbios, preposições, conjunções e interjeições.....	53
Síntese	63
Construção frasal: termos essenciais, integrantes e acessórios da oração; tipos de sujeito e predicado; Períodos e orações: coordenação e subordinação; tipos de orações coordenadas e subordinadas; análise sintática do período simples e composto	65
Concordância verbal e nominal	72
Regência verbal e nominal	79
Uso correto da crase	85
Figuras de linguagem / Funções da linguagem: metáfora, metonímia, hipérbole, antítese, pleonismo; funções da linguagem (emotiva, referencial, conativa, fática)	89
Coesão e coerência textual: relação entre as ideias do texto; uso de conectivos; paragrafação e organização do discurso.....	94
Questões	102
Gabarito.....	111

MATEMÁTICA

Números naturais, inteiros, racionais, irracionais e reais; operações e propriedades dos conjuntos numéricos.....	1
Expressões numéricas e algébricas.....	20
Produtos notáveis (quadrado da soma, quadrado da diferença, produto da soma pela diferença); fatoração de polinômios	25

SUMÁRIO

SUMÁRIO



Equações do 1º e 2º grau. regra do produto e soma	33
Sistemas de equações lineares.....	37
Inequações do 1º e 2º grau	41
Função do 1º grau e 2º grau; função modular, exponencial e logarítmica; gráficos de funções	45
Progressão Aritmética (PA) e Progressão Geométrica (PG); soma dos termos de uma PA e PG	62
Porcentagem e aplicações práticas; juros simples e compostos; taxas de variação	67
Regra de três simples e composta	71
Divisão proporcional	73
Escala e mapas	76
Razões trigonométricas (seno, cosseno e tangente); círculo trigonométrico; leis dos senos e dos cossenos	79
Propriedades de triângulos, quadriláteros e polígonos; Teorema de Pitágoras perímetro e área de figuras planas	85
Sólidos geométricos e cálculo de volume	95
Questões	103
Gabarito	110

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

MEC – Publicações para a Educação Especial	1
Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) (Lei nº 8.069/1990): Garante a proteção integral da criança e do adolescente, incluindo o direito à educação	4
Noções de Primeiros Socorros	71
Noções sobre higiene e limpeza do ambiente escolar	82
Conhecimentos sobre Brinquedos e brincadeiras	87
conhecimentos sobre condições de uso de equipamentos, materiais de consumo e materiais pedagógicos, aplicáveis na realização das atividades escolares	90
Conhecer os cuidados essenciais referentes à alimentação, higiene pessoal, educação, cultura, recreação e lazer, voltados para o desenvolvimento das atividades escolares	93
Conhecimento sobre cuidados, operacionalização e cumprimento do horário de repouso das crianças	95
Questões	99
Gabarito	105

SUMÁRIO



DIFERENÇA ENTRE COMPREENSÃO E INTERPRETAÇÃO

A compreensão e a interpretação de textos são habilidades interligadas, mas que apresentam diferenças claras e que devem ser reconhecidas para uma leitura eficaz, principalmente em contextos de provas e concursos públicos.

Compreensão refere-se à habilidade de entender o que o texto comunica de forma explícita. É a identificação do conteúdo que o autor apresenta de maneira direta, sem exigir do leitor um esforço de interpretação mais aprofundado. Ao compreender um texto, o leitor se concentra no significado das palavras, frases e parágrafos, buscando captar o sentido literal e objetivo daquilo que está sendo dito. Ou seja, a compreensão é o processo de absorver as informações que estão na superfície do texto, sem precisar buscar significados ocultos ou inferências.

► Exemplo de compreensão:

Se o texto afirma: “Jorge era infeliz quando fumava”, a compreensão dessa frase nos leva a concluir apenas o que está claramente dito: Jorge, em determinado período de sua vida em que fumava, era uma pessoa infeliz.

Por outro lado, a **interpretação** envolve a leitura das entrelinhas, a busca por sentidos implícitos e o esforço para compreender o que não está diretamente expresso no texto. Essa habilidade requer do leitor uma análise mais profunda, considerando fatores como contexto, intenções do autor, experiências pessoais e conhecimentos prévios. A interpretação é a construção de significados que vão além das palavras literais, e isso pode envolver deduzir informações não explícitas, perceber ironias, analogias ou entender o subtexto de uma mensagem.

► Exemplo de interpretação:

Voltando à frase “Jorge era infeliz quando fumava”, a interpretação permite deduzir que Jorge provavelmente parou de fumar e, com isso, encontrou a felicidade. Essa conclusão não está diretamente expressa, mas é sugerida pelo contexto e pelas implicações da frase.

Em resumo, a compreensão é o entendimento do que está no texto, enquanto a interpretação é a habilidade de extrair do texto o que ele não diz diretamente, mas sugere. Enquanto a compreensão requer uma leitura atenta e literal, a interpretação exige uma leitura crítica e analítica, na qual o leitor deve conectar ideias, fazer inferências e até questionar as intenções do autor.

Ter consciência dessas diferenças é fundamental para o sucesso em provas que avaliam a capacidade de lidar com textos, pois, muitas vezes, as questões irão exigir que o candidato saiba identificar informações explícitas e, em outras ocasiões, que ele demonstre a capacidade de interpretar significados mais profundos e complexos.

TIPOS DE LINGUAGEM

Para uma interpretação de textos eficaz, é fundamental entender os diferentes tipos de linguagem que podem ser empregados em um texto. Conhecer essas formas de expressão ajuda a identificar nuances e significados, o que torna a leitura e a interpretação mais precisas. Há três principais tipos de linguagem que costumam ser abordados nos estudos de Língua Portuguesa: a linguagem verbal, a linguagem não-verbal e a linguagem mista (ou híbrida).

► Linguagem Verbal

A linguagem verbal é aquela que utiliza as palavras como principal meio de comunicação. Pode ser apresentada de forma escrita ou oral, e é a mais comum nas interações humanas. É por meio da linguagem verbal que expressamos ideias, emoções, pensamentos e informações.



O agrupamento de termos ou elementos que associam características semelhantes é denominado conjunto. Quando aplicamos essa ideia à matemática, se os elementos com características semelhantes são números, referimo-nos a esses agrupamentos como conjuntos numéricos.

Em geral, os conjuntos numéricos podem ser representados graficamente ou de maneira extensiva, sendo esta última a forma mais comum ao lidar com operações matemáticas. Na representação extensiva, os números são listados entre chaves $\{\}$. Caso o conjunto seja infinito, ou seja, contenha uma quantidade incontável de números, utilizamos reticências após listar alguns exemplos. Exemplo: $N = \{0, 1, 2, 3, 4, \dots\}$.

Existem cinco conjuntos considerados essenciais, pois são os mais utilizados em problemas e questões durante o estudo da Matemática. Esses conjuntos são os Naturais, Inteiros, Racionais, Irracionais e Reais.

CONJUNTO DOS NÚMEROS NATURAIS (N)

O conjunto dos números naturais é simbolizado pela letra N e compreende os números utilizados para contar e ordenar. Esse conjunto inclui o zero e todos os números positivos, formando uma sequência infinita.

Em termos matemáticos, os números naturais podem ser definidos como $N = \{0, 1, 2, 3, 4, 5, 6, \dots\}$

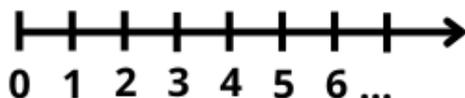
O conjunto dos números naturais pode ser dividido em subconjuntos:

$N^* = \{1, 2, 3, 4, \dots\}$ ou $N^* = N - \{0\}$: conjunto dos números naturais não nulos, ou sem o zero.

$N_p = \{0, 2, 4, 6, \dots\}$, em que $n \in N$: conjunto dos números naturais pares.

$N_i = \{1, 3, 5, 7, \dots\}$, em que $n \in N$: conjunto dos números naturais ímpares.

$P = \{2, 3, 5, 7, \dots\}$: conjunto dos números naturais primos.



Operações com Números Naturais

Praticamente, toda a Matemática é edificada sobre essas duas operações fundamentais: adição e multiplicação.

Adição de Números Naturais

A primeira operação essencial da Aritmética tem como objetivo reunir em um único número todas as unidades de dois ou mais números.

Exemplo: $6 + 4 = 10$, onde 6 e 4 são as parcelas e 10 é a soma ou o total.

Subtração de Números Naturais

É utilizada quando precisamos retirar uma quantidade de outra; é a operação inversa da adição. A subtração é válida apenas nos números naturais quando subtraímos o maior número do menor, ou seja, quando $a - b$ tal que $a \geq b$.

Exemplo: $200 - 193 = 7$, onde 200 é o Minuendo, o 193 Subtraendo e 7 a diferença.

Obs.: o minuendo também é conhecido como aditivo e o subtraendo como subtrativo.



O Papel do MEC na Formulação de Políticas para a Educação Especial

O Ministério da Educação (MEC) é o principal órgão responsável pela formulação, coordenação e implementação de políticas públicas voltadas para a educação em todo o Brasil, incluindo a Educação Especial, que é uma modalidade de ensino destinada a atender estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação. O papel do MEC nessa área é fundamental para garantir que esses estudantes tenham seus direitos assegurados, com acesso à educação de qualidade em ambientes inclusivos, que respeitem suas especificidades e promovam o desenvolvimento pleno de suas potencialidades.

A Educação Especial no Brasil passou por uma significativa transformação ao longo das últimas décadas, especialmente após a promulgação da Constituição Federal de 1988, que assegurou o direito à educação para todos, sem discriminação. Esse marco legal foi complementado por outras legislações importantes, como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB – Lei nº 9.394/1996), que define a Educação Especial como uma modalidade que perpassa todos os níveis e etapas do ensino, desde a educação infantil até o ensino superior.

Um dos documentos mais relevantes para a consolidação da Educação Especial no país é a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (PNEEPEI), de 2008. Essa política orienta que o atendimento educacional de estudantes com deficiência deve ocorrer, preferencialmente, em escolas regulares, com o apoio de serviços especializados, como o Atendimento Educacional Especializado (AEE). O AEE é um serviço complementar ou suplementar à escolarização, voltado para o desenvolvimento de recursos e estratégias que favoreçam a participação dos estudantes nas atividades curriculares comuns.

O MEC, por meio da Secretaria de Modalidades Especializadas de Educação (Semesp), é o órgão responsável por coordenar essas políticas, elaborando diretrizes, normativas e orientações técnicas que orientam as redes de ensino estaduais e municipais. Além disso, o MEC promove programas de formação continuada para professores e gestores escolares, com o objetivo de capacitá-los para atender de forma qualificada os estudantes da Educação Especial.

O papel do MEC também envolve o financiamento de programas e ações voltados para a inclusão, como a disponibilização de recursos de tecnologia assistiva, a adaptação de materiais didáticos e a promoção de pesquisas sobre práticas pedagógicas inclusivas. O Programa de Acessibilidade na Educação Superior (Incluir) e o Programa de Desenvolvimento Acadêmico e Educacional da Pessoa com Deficiência são exemplos de iniciativas que visam ampliar o acesso e a permanência de estudantes com deficiência nas instituições de ensino superior.

Além da formulação de políticas, o MEC é responsável pela produção de materiais pedagógicos e publicações que orientam a prática educativa nas escolas. Esses documentos oferecem subsídios teóricos e metodológicos para a implementação da educação inclusiva, abordando temas como o planejamento de aulas adaptadas, o uso de recursos de acessibilidade e as estratégias de avaliação para estudantes com diferentes necessidades educacionais.

O compromisso do MEC com a Educação Especial também se reflete na articulação com outros órgãos governamentais e na promoção de parcerias com instituições de pesquisa, universidades e organizações da sociedade civil. Essa atuação integrada é fundamental para o desenvolvimento de políticas públicas mais abrangentes e eficazes, que considerem a diversidade das realidades educacionais do país e garantam o direito à educação inclusiva para todos.

Principais Publicações do MEC para a Educação Especial

O Ministério da Educação (MEC) tem desenvolvido uma série de publicações voltadas para a Educação Especial, com o objetivo de orientar, apoiar e qualificar o trabalho de educadores, gestores e demais profissionais envolvidos no processo educativo de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação. Essas publicações desempenham um papel fundamental na implementa